

Comissão de Orçamento mantém 6 acusados pela CPI

BRASÍLIA — Apesar da CPI do Congresso, que investigou a manipulação da verba orçamentária, a Comissão Mista de Orçamento continua funcionando como se nada tivesse acontecido. Seis dos 15 deputados que tiveram a cassação do mandato sugerida permanecem na comissão: Cid Carvalho (PMDB-MA), Carlos Benevides (PMDB-CE), Aníbal Teixeira (PTB-MG), Raquel Cândido (PTB-RO), Flávio Derzi (PP-MS) e José Geraldo Ribeiro (PMDB-MG). Este último como suplente. Outros dois, que estão na lista daqueles que sofrerão investigação mais profun-

da, Jesus Tajra (PFL-PI) e José Carlos Aleluia (PFL-BA), também continuam na comissão.

O presidente da Câmara, Inocêncio Oliveira (PFL-PE), disse que solicitará hoje aos líderes que façam as substituições. Na sua opinião, e também do vice-presidente da CPI, deputado Odacir Klein (PMDB-RS), não há como manter na discussão do Orçamento parlamentares que estão com a cassação pedida ou que não tenham conseguido provar a inocência.

— Farei por escrito o que já havia pedido verbalmente — afirmou Inocêncio.

Ainda não há, na Comissão

Mista, informações sobre a análise do Orçamento de 94. A única proposta do atual presidente, senador Raimundo Lira (PFL-PB), é diminuir de 50 para 28 a quantidade de emendas por parlamentar. O líder do PFL, Luiz Eduardo Magalhães (BA), prometeu deflagrar uma campanha para fixação dos critérios.

Hoje, quando os líderes dos partidos na Câmara se reunirão para discutir como será o processo de julgamento na Comissão de Constituição e Justiça, vão analisar também o que pode ser feito em relação ao Orçamento de 94.